

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 734.113 - RJ
(2015/0152304-7)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : SOCIEDADE UNIFICADA DE ENSINO AUGUSTO MOTTA
ADVOGADOS : MARCELO APARECIDO BATISTA SEBA - DF015816
THALISSON DE ALBUQUERQUE CAMPOS E OUTRO(S) -
RJ179788
AGRAVADO : RODRIGO BRANDÃO GUERRA
ADVOGADOS : NANCY CORRÊA FRANÇA SANAN - RJ038813
DOMENICO ALBANO FRANCA SANAN - RJ105520

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno, interposto por SOCIEDADE UNIFICADA DE ENSINO AUGUSTO MOTTA, em face de decisão monocrática de fls. 773-776, e-STJ, que negou provimento ao agravo da ora insurgente.

O apelo extremo, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 540, e-STJ):

AGRAVO INOMINADO EM APELAÇÃO CÍVEL. PRETENSÃO DE MODIFICAÇÃO DO DECISUM, SOB REITERADOS ARGUMENTOS DO RECURSO ANTERIOR. AGRAVO QUE NADA ACRESCENTA PARA TANTO. DESPROVIMENTO.

Os embargos de declaração opostos às fls. 551-564, e-STJ foram rejeitados na origem (fls. 567-570, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 572-608, e-STJ), a insurgente apontou violação aos artigos 535, I e II, CPC/73; 53, incisos I, II e IV, e 62, ambos da Lei n. 9.394/96; 1º, 2º e 3º da Lei 9.696/98 e 188, inciso I, 476 e 927, todos do Código Civil.

Sustentou, em síntese: **a)** a ocorrência de omissão do julgado no tocante às teses relativas aos artigos 53, incisos I, II e IV, e 62, ambos da Lei n. 9.394/96 e aos artigos 1º, 2º e 3º da Lei 9.696/98, tendo ainda suprimido a análise das teses relacionadas aos artigos 188, inciso I e 927 do Código Civil; **b)** o curso de Licenciatura Plena em Educação Física foi devidamente criado com o devido respaldo da Carta Magna e da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, não havendo duvida enquanto a legalidade de sua criação; **c)** a inexistência de ato ilícito ensejador do dever de indenizar.

Contrarrazões às fls. 657-659, e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, negou-se seguimento ao apelo (fls. 666-672, e-STJ), dando ensejo na propositura do recurso de agravo (fls. 706-722, e-STJ), visando destrancar o processamento daquela insurgência.

Em decisão monocrática (fls. 773-776, e-STJ), negou-se provimento ao agravo, ante: **i)** a inexistência de violação ao art. 535 do CPC/73, porquanto clara e suficiente a fundamentação do acórdão recorrido; **ii)** a ausência de prequestionamento, a atrair a incidência da Súmula 211/STJ; **iii)** aplicação da Súmula 7/STJ.

Daí o presente agravo interno (fls. 779-814, e-STJ), no qual a agravante refuta os aludidos óbices e pugna pela reforma da decisão agravada.

Superior Tribunal de Justiça

Sem impugnação.

É o relatório.

Decido.

À vista dos fundamentos expostos nas razões do agravo interno, **reconsidero** a decisão agravada (fls. 773-776, e-STJ) e, de plano, passo à nova análise das razões agravo em recurso especial.

A insurgência merece prosperar, em parte.

1. De início, a recorrente apontou violação ao artigo 535 do CPC/73, vigente à época, alegando omissão no acórdão, porquanto não teria o Tribunal local se pronunciado acerca das teses relativas aos artigos 53, incisos I, II e IV, e 62, ambos da Lei n. 9.394/96 e aos artigos 1º, 2º e 3º da Lei 9.696/98, tendo ainda suprimido a análise das teses relacionadas aos artigos 188, inciso I e 927 do Código Civil.

1.1. No que toca ao conteúdo normativo inserto nos artigos 188 e 927 do Código Civil, não se vislumbra a omissão apontada, porquanto a Corte Estadual decidiu acerca da ocorrência de ato ilícito e do dever de indenizar, consoante se extrai dos seguintes trechos do *decisum*:

Reputo, pois, que as circunstâncias referidas corroboram a verossimilhança das alegações autorais no sentido de que a Ré omitiu do consumidor informação essencial ao exercício da atividade profissional pretendida, violando, assim, o dever de informar e os Princípios da Boa-fé Objetiva e da Transparência.

Nesse fecho, o dano extrapatrimonial suportado pelo Apelante é evidente, porquanto investiu tempo, recursos financeiros e energia, com a legítima expectativa de que, após a conclusão do curso, pudesse exercer sem restrições sua profissão.

Relativamente ao montante compensatório, cabe destacar que devem ser cotejados a extensão da lesão e os aspectos pedagógicos e punitivos que compõem a estimativa do dano, de acordo com os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Ademais, importa verificar o grau de reprovabilidade da conduta do fornecedor, que, no caso versado, mostra-se intenso, eis que se trata de instituição de ensino superior e, portanto, de empresa atuante em atividade de extrema responsabilidade social, razão pela qual se afigura adequado o arbitramento dos danos morais em R\$ 10.000,00 (dez mil reais). (fl. 543, e-STJ)

Não há, portanto, qualquer omissão relacionada aos supracitados artigos do Código Civil, pois embora não mencionados expressamente no acórdão, seu conteúdo normativo fora devidamente analisado e discutido pelo órgão julgados.

1.2. Por outro lado, com relação à matéria contida nos artigos 53, incisos I, II e IV, e 62, ambos da Lei n. 9.394/96 e aos artigos 1º, 2º e 3º da Lei 9.696/98, infere-se que fora levada à apreciação da Corte local nos embargos de declaração de fls. 551-564, e-STJ, porém **o órgão julgador não apreciou tais questões.**

O Tribunal local, quando do julgamento dos aclaratórios, limitou-se a afirmar não estarem presentes quaisquer dos vícios ensejadores dos embargos, porém não enfrentou a matéria deduzida pela insurgente, revelando-se - no ponto - omissor o *decisum*.

Consoante entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, deve ser reconhecida a alegada negativa de prestação jurisdicional dos acórdãos que deixam de se

Superior Tribunal de Justiça

manifestar sobre questões relevantes para o deslinde da controvérsia, como ocorre na hipótese *sub judice*.

Confirmam-se, nesse sentido, os seguintes julgados:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. **NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**. MULTA POR ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. OCORRÊNCIA. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS. [...] 2. "*Caracterizado o vício da omissão, impõe-se o reconhecimento de ofensa ao art. 535 do CPC, anulando-se o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração e determinando-se o retorno dos autos à origem para que seja sanada a eiva apontada*" (REsp n. 1.187.583/RS, Relator o Ministro Castro Meira, julgado em 6/5/2010, DJe 17/5/2010). 3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, com efeitos infringentes. (EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1556587/RN, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 20/03/2017) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/1973. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. RECONHECIMENTO. NULIDADE. RETORNO DOS AUTOS PARA NOVO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**. DECISÃO MANTIDA. 1. A falta de manifestação sobre questão relevante para a solução da causa, mesmo após a oposição de embargos de declaração, qualifica negativa de prestação jurisdicional e violação do art. 535, II, do CPC/1973, vigente ao tempo em que praticados os atos processuais. Precedentes. 2. Reconhecida a violação ao art. 535, II, do CPC/1973, impõe-se a decretação de nulidade do acórdão dos aclaratórios, determinando-se a baixa dos autos ao Tribunal de origem, para novo julgamento do recurso. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 951.186/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 01/02/2017) [grifou-se]

Com efeito, deve ser reconhecida, em parte, a apontada violação ao artigo 535 do CPC/73, impondo-se a decretação de nulidade do acórdão que julgou os aclaratórios (fls. 567-570, e-STJ), determinando-se a baixa dos autos ao Tribunal de origem, para novo julgamento dos aclaratórios, a fim de que sejam sanadas as omissões relacionadas a matéria contida nos artigos 53, incisos I, II e IV, e 62, ambos da Lei n. 9.394/96 e aos artigos 1º, 2º e 3º da Lei 9.696/98.

2. Do exposto, dou provimento ao agravo interno para conhecer do agravo e, com fulcro no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568/STJ, **dar parcial provimento** ao recurso especial para anular o julgamento dos embargos de declaração (fls. 567-570, e-STJ) e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que sejam supridas as omissões apontadas, nos termos da fundamentação supra.

Restam prejudicadas as demais matérias arguidas no recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

